



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PARECER JURÍDICO**

**Pregão Eletrônico n.º 067/2023**

**Objeto: Locação de pirâmides, estandes e estrutura para atender a demanda do evento Arraial 2023**

**Senhor Prefeito,**

O presente parecer jurídico tem por objeto a apreciação do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n.º 067/2023 cujo objeto é a locação de pirâmides, estandes e estrutura para atender a demanda do evento Arraial 2023.

O instrumento convocatório previa a adjudicação por menor preço global, entretanto, ao vincular o procedimento ao sistema eletrônico, equivocadamente restou cadastrada como menor preço por item, o que resultou em dois vencedores para os diversos itens.

Ocorre que conforme manifestação da Secretaria responsável pela solicitação da contratação, é tecnicamente inviável a execução do objeto por empresas distintas, haja vista a interdependência das estruturas, conforme considerações que vão em anexo.

Neste sentido, não sendo satisfeito o interesse público na forma com que restou finda a licitação, a revogação do certame é a medida que se impõe.

O artigo 49 da Lei Federal 8.666/93 traz a previsão da revogação do certame, senão vejamos:

**Visto**  
**Assessoria Jurídica**



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.”**

Neste sentido, em não havendo possibilidade técnica para o cumprimento do objeto por duas empresas distintas, fato este que restou verificado somente após a apresentação das propostas, resta hialino o interesse público na revogação.

Assim, de fato se verifica que a revogação do certame é mais conveniente e oportuna para a administração, que deverá efetuar nova contratação, razão pela qual se OPINA pela revogação do Pregão Eletrônico n.º 067/2023.

Em anexo, documentos encaminhados pelo Secretaria Municipal de Educação e pela Divisão de Licitações.

É o parecer à consideração superior.

Campo Bom, 26 de junho de 2023.

**Pedro Santos de Azevedo**  
**Procurador Jurídico Municipal**  
**OAB/RS 88.934**

Visto

Assessoria Jurídica



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2EC9-A4DC-EFFC-9030

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PEDRO SANTOS DE AZEVEDO (CPF 007.XXX.XXX-39) em 26/06/2023 17:18:47 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/2EC9-A4DC-EFFC-9030>